

Stuart Hall e feminismo: revisitando relações

Stuart Hall and feminism: revisiting relations

ANA CAROLINA D. ESCOSTEGUY*

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre – RS, Brasil

RESUMO

Este artigo aborda, em primeiro lugar, a narrativa de Stuart Hall sobre as contribuições do feminismo para a formação dos estudos culturais. Em segundo, trata do desenvolvimento da crítica feminista no âmbito dos estudos culturais, sobretudo ingleses. Nessa trajetória, resgata as ideias de Hall sobre a problemática da(s) identidade(s). Essa dimensão de sua obra constitui a terceira via explorada, tema também relevante na produção teórica feminista. Sinaliza, ainda, encontros e desencontros desses desdobramentos no contexto nacional. Por fim, conclui que o tema merece uma análise em profundidade, sobretudo porque a questão da identidade ocupa lugar central na mesa da prática política e da teoria feminista atual.

Palavras-chave: Estudos culturais, Stuart Hall, feminismo, identidade

* Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Pesquisadora do CNPq. Autora de *Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino-americana* (Belo Horizonte: Autêntica, 2002). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0361-6404> E-mail: carolad@puccrs.br

ABSTRACT

This article firstly addresses Stuart Hall's account of the contributions of feminism to the formation of cultural studies. Secondly, it deals with the development of feminist criticism in the context of cultural studies, especially in England. Following this line, it retrieves Hall's ideas on the problematic of identity(ies). This dimension of his work is the third approach to be explored, a subject also relevant in feminist theoretical production. The paper additionally points out matches and mismatches of such developments in the Brazilian context. Finally, it concludes that the theme deserves in-depth analysis, especially as the topic of identity plays a central role in current political practice and feminist theory.

Keywords: Cultural studies, Stuart Hall, feminism, identity

O LEGADO TEÓRICO e político de Stuart Hall tem múltiplas dimensões. Muito já se escreveu, tanto antes quanto após seu falecimento, em 2014, sobre as questões que ele levantou, reconhecendo seu grande alcance em distintas áreas disciplinares. Para referenciar apenas um texto recente que compila as repercussões de sua obra na América Latina, sugere-se a leitura de Mato (2015). Contudo, muito escassas são as referências sobre suas afinidades e relações com o feminismo (Escosteguy, 1998). Mais ainda se o foco estiver em quais das reflexões propostas pelo autor revelam vínculos com o debate teórico feminista. Aqui, neste artigo, o desafio está situado neste espaço.

Em primeiro lugar, aborda-se a narrativa do autor sobre as contribuições do feminismo para a formação dos estudos culturais. Em segundo, trata-se do desenvolvimento da crítica feminista, no âmbito dos estudos culturais, sobretudo ingleses, que dá especial atenção à problemática que gira em torno da mídia. Nessa via, identifica-se a existência de quatro tempos, sendo que na transição entre o segundo (anos 1980) e o terceiro (anos 1990) despontam as ideias de Hall sobre as identidades. Esse aporte conceitual estimulou muitos debates e, inclusive, tem potencial de impacto nos estudos feministas daquela época até os dias de hoje. Essa dimensão de sua obra constitui a terceira via a ser explorada. Por fim, identifica-se na virada para o século XXI a constituição de uma quarta onda, que ainda não se dissipou e que permanece centrada em reivindicações identitárias.

Se, de um lado, seguir os relatos de Hall sobre as contribuições do feminismo para os estudos culturais – mesmo que sua versão seja contestada tanto por feministas do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos¹ (originalmente fundado em 1964, na Universidade de Birmingham, Inglaterra) quanto por aquelas que, somente mais tarde, se associaram aos estudos culturais² – é uma via segura, por outro, tentar alinhar algumas ideias sobre as reflexões de Stuart Hall que podem ter repercutido na crítica feminista é muito mais provisório e contingente.

Devido à escassez de registros documentais em circulação que revelem e/ou balizem esse último percurso, procura-se sobretudo amparo em narrativas sobre as teorias feministas contemporâneas, em especial aquelas que estabelecem elos com os estudos culturais e têm vinculações com a crítica de mídia. Mas não só: ao lançar mão de relatos que não se circunscrevem aos estudos culturais e de mídia, admite-se de saída a incompletude dessa análise. Por essa razão, este é um relato necessariamente limitado, e motivado pela minha trajetória de afinidade com o tema. Ainda do ponto de vista metodológico, numa tentativa de assumir compromisso com uma análise contextual, traço marcante da prática dos estudos culturais, sinalizam-se tentativamente encontros e desencontros entre o pensamento de Stuart Hall e os estudos feministas no contexto brasileiro.

1. Como é o caso de Charlotte Brunsdon.

2. Por exemplo, Ann Gray.

1970: DA INTERSEÇÃO ENTRE FEMINISMO E ESTUDOS CULTURAIS

O feminismo é apontado por Stuart Hall como uma “interrupção” que alterou uma prática acumulada em estudos culturais no início dos anos 1970, causando um “ruído teórico”. É inevitável recuperar a contundência da metáfora utilizada por esse intelectual para referir-se a essa ruptura.

Sabe-se que aconteceu, mas não se sabe quando nem onde se deu o primeiro arrombamento do feminismo. Uso a metáfora deliberadamente: chegou como um ladrão à noite, invadiu; interrompeu, fez um barulho inconveniente, aproveitou o momento, cagou na mesa dos estudos culturais. (Hall, 2003b: 209)

Associada a um ato invasivo, gestado no seu exterior e à primeira vista prenhe de negatividade, trata-se de uma acusação ao feminismo que, nas palavras de Skeggs (2008: 670), soa “suja”.

Negando veementemente a versão de Hall, Brunson (1996: 280) diz:

Na primeira vez em que li essa avaliação, eu queria esquecê-la imediatamente. Negá-la, ignorá-la, desconhecê-la – não reconhecer a agressão ali contida. Não tanto para negar que as feministas do CCCS, durante os anos 70, haviam feito um poderoso desafio aos estudos culturais, na forma como estavam constituídos naquele momento e naquele lugar, mas para negar que tivesse acontecido da forma ali descrita [por Hall]³.

Isto é, para ela, essa narrativa de Hall apaga a *guerra de posições* travada na prática do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, justamente no período em que ele era seu diretor (1968-1979). Entende-se que, nos anos 70, já existia um duplo enfrentamento dentro do Centro. No âmbito da prática política feminista, reivindicava-se a ocupação de espaços por estudantes mulheres e o reconhecimento de sua importância; no debate teórico, emergia o esforço de feministas – entre elas Angela McRobbie, a própria Charlotte Brunson, Dorothy Hobson, entre outras – para inserir na discussão da época, centrada especialmente em torno do marxismo e da problemática de classe, a dimensão de gênero. De acordo com elas, “os pressupostos patriarcais [do Centro] distorciam os resultados de qualquer tentativa de análise ou pesquisa cultural, contribuindo para relegar a metade feminina da raça humana a uma relativa obscuridade” (Schulman, 1999: 212).

Em outro depoimento, Hall menciona como ele e Michael Green, percebendo a importância das questões em torno do feminismo, “convidaram” algumas feministas para projetar questões referentes ao movimento, já que os estudos culturais estavam “sensíveis” à problemática de gênero.

3. No original: “When I first read this account, I immediately wanted to unread it. To deny it, to skip over it, to not know – to not acknowledge the aggression therein. Not so much to deny that feminists at CCCS in the 1970s had made a strong challenge to cultural studies as it was constituted then and there, but to deny that it had happened the way here described”. Esta e demais traduções da autora.

4. Em entrevista à autora, em setembro de 1998, Michael Green manifestou relativa discordância da versão de Stuart Hall, enfatizando a dificuldade em determinar o início das relações entre feminismo e estudos culturais.

5. No original: “I was supervising them, I was running the seminars, you know, what can you do? I tried to flatten the hierarchy as far as possible, but you can’t flatten them entirely, and it was an impossible position for me. I was represented as being more hostile than I actually was”

6. Adota-se essa denominação para a tradição que foi se constituindo dentro dos estudos culturais, sobretudo ingleses, de uma análise sobre as mulheres, pela ótica de gênero e da teoria feminista, comprometida com a problemática da mídia.

7. O rótulo “análise cultural” ou “crítica cultural feminista”, aqui, é utilizado para a perspectiva interessada principalmente nas relações de gênero e mídia. Escosteguy (2012) ressalta a existência de um descompasso entre o fortalecimento dos estudos feministas nas ciências sociais a partir dos anos 1970 e o inexpressivo desenvolvimento que obtiveram na comunicação, pelo menos até o final dos anos 1990, no contexto acadêmico brasileiro.

Num dado momento, Michael Green e eu decidimos convidar algumas feministas que trabalhavam em outros locais para vir projetar a questão feminista para dentro do Centro. Portanto, aquela história “tradicional” de que o feminismo surgiu de dentro dos estudos culturais não é inteiramente correta. Nós estávamos ansiosos por fazer essa ligação, em parte porque nós dois estávamos vivendo com feministas. Trabalhávamos com estudos culturais, conversando com o feminismo. As pessoas dos estudos culturais estavam se sensibilizando para a questão de gênero naquela época, mas não em relação à política feminista. A verdade é que, como clássicos “novos homens”, quando o feminismo realmente surgiu com autonomia, fomos pegos de surpresa por aquilo que nós tínhamos tentado – de forma patriarcal – iniciar. Essas coisas são muito imprevisíveis. O feminismo realmente eclodiu no Centro, por si só, em seu próprio estilo explosivo. Mas não era a primeira vez que os estudos culturais pensavam sobre o assunto ou tinham consciência da política feminista. (Hall, 2003c: 428)⁴

Além dessas declarações, ao refletir sobre como enfrentou as reivindicações do Grupo de Estudos de Mulheres, avalia que sua posição de Diretor do CCCS colaborou para exasperar o confronto interno com as feministas.

Eu era o supervisor do grupo, dirigia os seminários, o que podia fazer? Tentei achatar a hierarquia, tanto quanto possível, mas não daria para suprimi-la inteiramente; essa era uma posição impossível. Eu fui representado sendo mais hostil do que realmente fui⁵. (Hall apud Davis, 2004: 129, tradução nossa)

Apesar da metáfora contraproducente, da posição assumidamente patriarcal e de admitir suas próprias resistências, Hall (2003a) reconhece como positiva a eclosão do feminismo nos estudos culturais, avaliando que essa intervenção reorganizou a agenda dos estudos culturais em termos teóricos e de configuração de novos objetos de estudo – adiante alguns desses aspectos são detalhados.

Após essa recuperação dos posicionamentos de Hall em relação ao papel exercido pelo feminismo na constituição dos estudos culturais e, sobretudo, na sua reconfiguração, o próximo passo consiste em mapear as mudanças que foram marcando a formação de uma crítica feminista de mídia⁶ no contexto inglês. Ao longo desse processo de continuidades e desvios é que as formulações de Hall sobre as identidades vão emergir. Indicam-se, conjuntamente ao desenrolar da trajetória inglesa, algumas particularidades do feminismo e da incipiente formação de uma análise cultural feminista⁷ no contexto brasileiro.

1980: DA EMERGÊNCIA DE VÍNCULOS ENTRE STUART HALL E TEORIA FEMINISTA

Ainda que a crítica feminista no CCCS tenha entrado para os estudos culturais pela “porta dos fundos”⁸, o impacto causado pode ser observado rapidamente e mapeado em quatro tempos, se considerados os anos 1970 (mais especificamente, 1973/1974) até a entrada do século XXI. Ressalto que a cronologia é utilizada apenas para sinalizar mudanças e não se trata de uma divisão estrita de tempo ou fixação de datas como se fossem etapas estanques.

Nesta seção, destaco os dois primeiros momentos – 1973/1974 e 1980 – no contexto inglês, espaço propriamente onde Stuart Hall está situado. Também se olha, num movimento pendular, para o contexto brasileiro, obviamente resguardadas as diferenças, expressadas tanto no contexto político quanto cultural. Contudo, entre nós, adianta-se que é patente o desencontro entre o feminismo e a crítica cultural nesses dois períodos.

Essa singularidade obrigatoriamente se constituiu *pari passu* ao desenvolvimento do movimento feminista no Brasil. Entre nós, na virada para a década de 1970, o feminismo amalgamou um paradoxo: ao mesmo tempo em que se organizava em defesa da especificidade da condição da mulher, estabelecia uma profunda ligação com a luta contra a ditadura militar. Isso desembocou em um tensionamento permanente entre dois vetores: aquele associado às lutas que davam ênfase à sexualidade, ao corpo e ao prazer versus aquele outro que priorizava a luta de classes e/ou a luta pela democracia.

No período da redemocratização, a forte participação política de feministas aliadas aos partidos políticos e aos setores progressistas da Igreja fez que muitas vezes se priorizassem metas coletivas em detrimento dos direitos individuais das mulheres (Pinto, 2003). Portanto, essas características, tanto do movimento feminista entre nós quanto da conjuntura sociopolítica brasileira, concorreram para que temas referentes à cultura – e também à mídia – não fossem priorizados no horizonte da reflexão feminista da época.

Esses dois períodos – o feminismo na ditadura (anos 1970) e na redemocratização (anos 1980) – coincidem, aproximadamente, com o momento inicial em que a crítica feminista se vincula aos estudos culturais dos anos 1973/1974 e com a passagem para uma segunda fase, nos anos 1980, no contexto inglês.

No Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, uma das primeiras produções que vai revelar uma ligação com a crítica feminista é o artigo “Images of Women in the Media” (1974 apud Escosteguy, 1998), em que se teoriza fundamentalmente a subordinação das mulheres ao sistema capitalista. Em 1975, a primeira edição de *Resistance through Rituals: Youth subcultures*

8. Expressão utilizada por Almeida (1997/1998: 46).

in post-war Britain (Working papers in cultural studies, n. 7/8) (Hall; Jefferson, 1975) conta com apenas dois capítulos que tematizam a cultura juvenil feminina. Os demais desconsideram a existência do debate de gênero, seja pelo prisma teórico ou empírico. Configurando ainda esse período, a coletânea *Women take issue* (Women's Studies Group, 1978 apud Escosteguy, 1998) é saudada como a produção pioneira do Grupo de Estudos de Mulheres, fundado em 1974 dentro do mesmo espaço, como um coletivo exclusivo para elas.

De modo geral, os estudos desse período expressam uma posição de equivalência entre feminismo e mulheres, isto é, nós todas, mulheres, sofremos com o patriarcado e, portanto, vivemos experiências em comum. Esse é um posicionamento que expressa um discurso de afirmação da condição de ser mulher. Assim, essas análises focaram praticamente no modo pelo qual os discursos dominantes da mídia reforçavam papéis tradicionais de gênero e uma visão machista da sociedade. E, embora buscassem problematizar as subordinações e desigualdades entre mulheres e homens, desestabilizando o determinismo biológico e deslocando o peso das determinações econômicas, ainda se fecham sobre um núcleo de atributos predeterminados, revelando uma carga unificadora e universalizante. O esforço inaugural de Angela McRobbie e Jenny Garber (2014) em destacar formas diferenciadas de resistência da subcultura juvenil feminina, que se articulavam em torno da classe, geração e gênero, configura-se num espaço preliminar de tensionamento daquela postura homogeneizante.

Todavia, a criação de um núcleo que se circunscrevia à problemática das mulheres, partilhado somente por elas, propiciou a constituição de duas esferas de estudos culturais: uma dirigida a questões sobre cultura em geral, e outra especificamente relacionada à problemática feminista, o que, por sua vez, fez brotar uma divisão dentro do próprio grupo. Apesar disso, o mais importante na época foi demarcar uma área de atuação com especificidade dentro do campo acadêmico, servindo para delinear novos objetos de estudo.

No entanto, vale destacar que, por mais que em outros termos, persiste a existência de uma cisão nos dias de hoje no que diz respeito à viabilidade de uma prática em estudos culturais que articule questões de gênero. Fundamentalmente, a divisão se concretizaria entre aqueles que reivindicam que essa

ligação proporcionaria uma visão do posicionamento da mulher na sociedade através de diversas formas de expressão cultural, permitindo, assim, uma análise mais diversificada e menos unificadora. Permitiria ainda a participação do projeto feminista num contexto cultural mais englobante tendo-se o cuidado, entretanto, de preservar suas características específicas. (Almeida, 1997/1998: 40)

E, do outro lado, estariam aqueles que criticam

tal confluência, [pois] levaria a um esfacelamento dos estudos da mulher, uma vez que estes correriam o risco de perder sua especificidade própria ao se aliar a outras formas de expressão culturais. (Ibid.)

De todo modo, uma nova etapa nesse cruzamento entre crítica feminista e estudos culturais se instituiu em meados de 1980, mediante a fratura daquele discurso de irmandade em torno das mulheres. Enquanto nos anos 1970 se afirmava *uma* condição de mulher, nos 1980 recusa-se essa universalização. Logo, se num primeiro momento as preocupações feministas estavam mais centradas em questões de igualdade, passa-se à atenção de diferenças entre elas.

O livro *Feminism for girls* (1981), organizado por McRobbie e McCabe, ao utilizar o termo “meninas” institui uma percepção da existência de diferenças dentro de uma formulação demasiadamente globalizante e abarcadora como a de *mulher* (apud Escosteguy, 1998).

Assim, se há uma primeira fase no encontro entre as feministas e o CCCS, começando, talvez, em 1973-4, eu sugeriria que seu texto final é a coletânea de 1981, de McRobbie e McCabe, *Feminism for Girls*, a qual, em seu uso de “*feminismo*” e “*meninas*”, sugere uma distância dos anos 70. Este livro marca, também, o fim da primeira fase com uma percepção muito forte dos problemas com a categoria “*mulher*”, bem como com a *diferença* entre as mulheres⁹. (Brunsdon, 1996: 278, tradução nossa) [Destques da autora].

Outra fase¹⁰ estaria em processo a partir daí, reorientando as análises, as temáticas e, principalmente, as mudanças de ordem teórica. Na direção contrária de uma totalidade homogênea que integrava as mulheres e apagava principalmente as questões de raça, etnia, geração, orientação sexual, entre outras, vai se destacando a natureza construída da identidade de gênero e seu caráter propriamente histórico.

Esse desvio coincide com a ampliação da cartela de temas que passa a ser investigada sob a ótica dos estudos culturais e que se articula com uma agenda da crítica feminista de mídia. Por exemplo, o interesse pela ficção romântica, pelo melodrama e pelas *soap operas*, considerados dentro do escopo de *gêneros femininos*, estruturas narrativas que atendem prioritariamente a um público-alvo feminino; e o foco no prazer decorrente do consumo desses mesmos produtos, compreendendo-os tanto como fonte de ideologia como de resistência.¹¹

9. No original: “So if there is a first phase of the encounter between feminism and CCCS, beginning perhaps in 1973-4, I would suggest that its final text is the 1981 McRobbie and McCabe collection, *Feminism for Girls*, which, in its use of both ‘feminism’ and ‘girls’ suggests some distance from the 1970s. This book also marks the end of the first phase with its much stronger sense of problems with the category ‘woman’ and of difference between women”.

10. Segundo Brunsdon (1996), outra fase estaria caracterizada nos trabalhos individuais, produzidos a partir de 1981, de Hobson, Coward, Carby, McRobbie, Mort, Winship, Weedon e dela própria.

11. Embora expressões da cultura popular de massa já fizessem parte do escopo dos estudos culturais, desde a obra inaugural de Richard Hoggart, *The uses of literacy* (1973), reivindicasse aqui que a ótica de gênero e o pensamento feminista ofereçam uma visão diferenciada e particular a objetos semelhantes.

A atenção aos produtos da cultura popular de massa, mais especificamente no âmbito do entretenimento e do prazer, proporcionados por tais artefatos culturais, foi cunhada por Corner (1996) como “projeto da cultura popular”, em contraposição ao “projeto do conhecimento público”, centrado nas relações entre Estado e mídia, e textos midiáticos “sérios” e de caráter factual.

A crítica de Corner demarca ainda que, ao encampar objetos de estudo vinculados ao “projeto da cultura popular”, há uma atenção excessiva nos microprocessos que ocorrem no cotidiano, um dos espaços preferenciais de pesquisa da crítica feminista, em detrimento do foco nas relações estruturais entre mídia e sociedade, característica da outra linhagem. No primeiro, é central a análise do “vivido” e da compreensão do social a partir das experiências pessoais (Gray, 1997). Por sua vez, se o doméstico faz inevitavelmente parte do privado, neste se manifestam relações de poder, dominação e opressão e, portanto, essa esfera é amplamente marcada pelo político. Assim, a problematização do espaço político, realizada pelo feminismo dos anos 1970 sob a bandeira “o pessoal é político”, repercute com potência – mesmo nos anos 1980 – na crítica feminista de mídia.

Essa outra fase da análise cultural, além de incorporar novos temas, revela mudanças teóricas de fundo, algumas delas recém citadas. Porém, outras se referem ao redirecionamento da pesquisa para as experiências das mulheres *diante* dos referidos textos midiáticos, isto é, para o entendimento de que o sentido não é uma propriedade do próprio texto, mas é constituído na interação entre sujeitos, textos e contextos.

Além da enorme diferença entre as formações sócio-históricas e os contextos políticos vividos na Inglaterra e no Brasil durante os anos 1980, as questões teóricas e os interesses em termos de objetos de estudo, vigentes na academia lá e cá, também revelam um evidente distanciamento. Aqui, os estudos feministas somente vão começar a ganhar expressão no final da década de 1970¹² e seus interesses estão principalmente focados nas questões do trabalho, saúde, aborto e violência (Pinto, 2003). Portanto, questões sobre mídia e mulher, mídia e gênero, e consumo feminino de produtos da cultura popular de massa ainda não estavam no horizonte das preocupações feministas.

No contexto inglês, a guinada supracitada referenda uma conexão da crítica feminista de mídia com a problemática do sujeito e questões em torno das identidades, destacadamente a de gênero. Por outra parte, é na conjuntura vivida que a narrativa “autobiográfica” de Hall (2003b: 200) sobre determinados momentos e legados teóricos nos estudos culturais adquire sentido e pertinência. A impactante ruptura que o feminismo produziu pode ser resumida na abertura para o entendimento tanto do âmbito pessoal como político

12. Isto não quer dizer que, em termos de prática política feminista, não existisse uma gama mais complexa de possibilidades. Por exemplo, Biroli e Miguel (2015) afirmam que, no Brasil dos anos 1970, já existia no interior do movimento negro a organização de coletivos que reivindicavam a especificidade das mulheres negras.

e suas consequências na identificação de novas problemáticas de estudo; na expansão da noção de poder que era, fundamentalmente, vinculada apenas ao espaço da esfera pública, extravasando para a esfera privada; na atenção às questões de gênero e sexualidade, reveladoras e associadas à própria categoria de poder; na inclusão de temas em torno do subjetivo e do sujeito; e, por último, “[n]a reabertura da ‘fronteira fechada’ entre teoria social e psicanálise” (Ibid.: 208).

Também a partir desse ponto talvez seja possível pensar que

não há dúvida que o engajamento de Hall com o feminismo e o pós-estruturalismo foi transformador. Não somente seu próprio trabalho guinou para as espinhosas questões de identidade e subjetividade, como vivenciou o abismo entre intenções e prática, e a realidade das resistências escondidas que vêm à tona, sem aviso¹³. (Davis, 2004: 129, tradução nossa)

Do nosso ponto de vista, é a partir dessa fase que as relações conceituais entre Hall e a teoria feminista podem se estabelecer, neste caso repercutindo na análise feminista de mídia. Isto porque sua primeira experiência com o feminismo se dá no âmbito privado e é anterior aos desafios enfrentados sobre o tema no espaço do seu ofício. De toda forma, esse encontro entre trajetória pessoal e intelectual sinaliza que as ideias respondem às transformações de caráter social que desafiam seus formuladores, ou seja, as lutas e os conflitos vividos constituem sua prática política e intelectual.

13. No original: “There is no question that Hall’s engagement with feminism and post-structuralism was transforming. Not only did his own work take a turn towards the thorny questions of identity and subjectivity, but he had experienced the reality of the gulf between intentions and practice, and the hidden resistances that surfaced without warning”.

1990: DAS AFINIDADES ENTRE HALL E FEMINISMO

Como discutido acima, é a partir da segunda fase (anos 1980) da crítica feminista, sobretudo anglo-saxônica, que é possível perceber proximidades entre as preocupações teóricas de Hall e o feminismo. Ao reivindicar que o gênero institui a identidade do sujeito, assim como a classe, a etnia ou a nacionalidade, a teoria feminista afirma uma posição que transcende a perspectiva anterior de identificar a construção de *papéis de gênero* na sociedade – típica da análise realizada na primeira fase da crítica feminista. Ao mesmo tempo em que se efetiva esse deslocamento, a trajetória intelectual de Hall e a crítica feminista convergem na desmontagem da ideia de uma identidade fixa e estável de sujeito.

Essa aproximação vai se constituindo ao longo da segunda metade dos anos 1980, quando Hall passa a estar mais preocupado teoricamente com a problemática da identidade, embora esse tema não seja novo em seu percurso. Em *Policing the crisis* (Hall, 1978), a questão racial, tematizada na análise so-

ciopolítica do contexto britânico, é o embrião para o debate teórico que vai se prolongar pela década de 1990.

Esse tema – a questão racial – se desdobra em “A relevância de Gramsci para o estudo da raça e etnicidade” (Hall, 2003a), em que são recuperadas as categorias gramscianas que o autor considera produtivas para pensar a cultura e os fenômenos sociais *racialmente* estruturados, destacando-se também a necessidade de incorporar a especificidade histórica, incluídas as características nacionais e regionais dos contextos em análise.

Nesse mesmo período, Hall produz aquele que talvez seja seu primeiro texto em tom autobiográfico, “Minimal Selves” (1993). É nele que vai reconhecer a marca de migrante e sua “longa educação política” na descoberta de ser negro. Para ele, ser negro é uma identidade que tem de ser aprendida e que somente pode ser reconhecida em determinado momento. Ele insiste que o *self* se relaciona com um conjunto de histórias reais, que a identidade está articulada ao reconhecimento de diferenças e que não pode ter um sentido completamente unificado.

Evidencia-se aí um período de confluências teóricas entre crítica feminista, pelo menos com uma vertente dela, e o trajeto teórico de Hall¹⁴, mesmo que a primeira esteja mais centrada nas questões de gênero, e o segundo, na questão racial.

No que tange às relações entre crítica feminista e estudos culturais, ao longo dos anos 1990 configura-se um terceiro período em que, teoricamente, uma variedade de elementos precisava ser levada em conta na constituição da condição feminina.

Há o reconhecimento de que qualquer ponto de vista feminista obrigatoriamente deve ser apresentado como parcial porque, embora as mulheres possam compartilhar interesses comuns, esses não são universais. Tal posicionamento está em oposição àquele discurso feminista que até um determinado momento apelava para a opressão comum sofrida pelas mulheres, existindo um chamado pela unidade que apagava as diferenças entre elas. A análise desprende-se de uma ideia reduzida de construção social de papéis/funções do feminino e do masculino para uma abordagem muito mais multifacetada, que redimensiona as supostas diferenças/identidades entre mulheres e homens.

Ou seja, o movimento de deslocamento da defesa da igualdade para o reconhecimento das diferenças entre as mulheres, iniciado nos anos 1980, pelo menos no âmbito da crítica feminista de mídia, torna-se ainda mais contundente. O entendimento da categoria “gênero” como construção social se associa à ideia de que as identidades se definem de modo relacional e, a partir de determinado momento, não mais exclusivamente via o par feminino-masculino. Por exemplo, a clivagem racial e de gênero amalgamada pelo feminismo

14. Ver Escosteguy (2003a; 2003b), onde se recupera o itinerário intelectual de Hall.

negro ilustra esse tipo de posicionamento, como também a noção de interseccionalidade, bastante usual no contexto anglo-saxão¹⁵.

Os termos desse debate estreitam os laços entre uma perspectiva feminista e a reflexão de Hall, que reivindica que

a identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (Hall, 1999: 13)

Para Hall, essas relações transformam e têm repercussões sobre o que trata a política: a constituição de unidades na diferença. Isso transforma o sentido de engajamento político que, obrigatoriamente, precisa rejeitar os binarismos e assumir a contingência ou sua dependência a outros acontecimentos e contextos. Por isso a necessidade de reposicionar-se ao longo do tempo e, diante de circunstâncias distintas, constituir novas alianças.

Se bem que o movimento feminista se construiu a partir da bandeira da igualdade, “a partir do final do século XX, correntes importantes do pensamento feminista recusarão o universalismo em favor de algo que vai ser chamado de ‘política da diferença’” (Miguel; Biroli, 2014: 64). Contudo, esse posicionamento é ambivalente. Se, de um lado, assume uma crítica ao liberalismo, por sua defesa ao princípio de universalidade, de outro, se considera que

abrir mão do universal implica a incapacidade de apresentar uma alternativa compreensiva à ordem liberal vigente. Afinal, a afirmação de que a ordem social deve beneficiar a todos, sem privilégios, sempre foi característica dos movimentos progressistas, bem como a defesa intransigente da noção da igualdade entre todos os seres humanos. (Ibid.)

Esse arsenal teórico escancara complexos desafios para a prática política e cinde o feminismo contemporâneo “entre as defensoras da ‘identidade’ e as partidárias da(s) diferença(s)” (Richard, 2002: 157). Um dilema, ainda em processo, para a prática política feminista.

Para as primeiras, o vetor da identidade – que já não mais possui a carga substancialista de antes – funciona como um (ainda necessário) princípio de reunifi-

15. Para detalhamento dessas perspectivas, ver Biroli e Miguel (2015).

ção dos fragmentos, excessivamente soltos, nos quais nos deixou cair a dispersão relativista dos “pós”. Para as segundas, é normal que existam “diferenças que confundam, desorganizem e tornem ambíguo o significado de qualquer oposição binária”, porque estas fragmentações multiplicam as margens e as localidades discursivas, além de estimular os deslocamentos de posições de enunciação, exigidos pela nova multiplicidade heterogênea do eu. (Richard, 2002: 157)

Na análise de Brunsdon (1997), nessa mesma década, o feminismo se popularizou, sobretudo, via presença de temas como violência doméstica e assédio sexual na agenda pública. No Brasil, novamente a conjuntura vivida deixa suas próprias marcas, caracterizando a existência, na visão de Pinto (2003: 93), de um “feminismo difuso”.

Se, por um lado, a década de 90 não foi especialmente propícia à expansão dos movimentos sociais, havendo mesmo um retraimento da maioria deles; por outro, nela foram criadas as condições para que suas demandas fossem incorporadas por largas parcelas dos discursos públicos. Isso ocorre tanto no hemisfério norte como em países como o Brasil, mais refratário a essas demandas, por cultura e até por ter sempre temas muito emergenciais no debate, pelo menos no plano político. (Pinto, 2003: 92)

No ambiente dos estudos de mídia no nosso contexto, a crítica feminista pouco progrediu nesse período (Meirelles, 2009). Por exemplo, num mapeamento da pesquisa brasileira sobre as práticas de recepção midiática nos anos 1990, observou-se que embora mais da metade desses estudos desse destaque às mulheres como informantes, a problemática das relações de gênero não fazia parte do eixo estruturador da pesquisa. O termo “gênero” era utilizado mais para indicar uma distinção sexual entre feminino e masculino, embora mediante convocação para que as mulheres falassem sobre sua relação com a mídia ou com um produto midiático, elas revelassem como se pensam a si mesmas como mulheres (Escosteguy, 2004). Assim, o interesse pelas questões de gênero vai de fato prosperar e alçar vôo no decorrer dos anos 2000.

A VIRADA DE SÉCULO E A PRÁTICA DOS FEMINISMOS

É na virada do século XX para o XXI que se identifica um quarto desdobramento nas relações entre crítica feminista e estudos de mídia, marcado especialmente pelo contexto do pós-feminismo. A natureza do pós-feminismo tem sido tema de considerável disputa, o que não é nenhuma

surpresa no espaço feminista, onde se fala muito e se chega à conclusão de que é preciso continuar falando, como dizia Elizabeth Lobo, uma das feministas brasileiras mais respeitadas da década de 1980. Existem versões de que o pós-feminismo sugere tanto um processo evolucionário quanto um “novo consenso” que une distintos grupos em prol de um retorno a valores familiares tradicionais, ou seja, há teses que circulam nas fileiras feministas e, outras, em círculos conservadores¹⁶ (Hawkesworth, 2006).

Uma versão astuciosa e difícil de enfrentar é a que emergiu e circula pela mídia. Para Angela McRobbie (2006), a cultura midiática, através do rótulo de *pós-feminismo*, efetiva um apagamento do movimento – de sua luta e história – quando dissemina a ideia de que é algo datado e não tem mais função. Para a autora, através de textos prazerosos e bem-humorados que, contraditoriamente, tanto se filiam a valores neoconservadores em relação ao gênero quanto se integram a processos de caráter mais liberador, as relações de poder são feitas e refeitas, construindo um “novo regime de gênero” que visa regular os modos de ser através do discurso da escolha própria (McRobbie, 2008). Desse modo, as conquistas são apresentadas como fruto de trajetórias individuais e não do movimento feminista ou dos embates estabelecidos em sua história. Portanto, no contexto inglês da crítica feminista de mídia, questões identitárias continuam no cerne das análises, embora não só pela via mencionada, mas por uma pluralidade de perspectivas. Contudo, essa busca por uma demarcação do sujeito do feminismo de alguma forma reverbera o marco conceitual das identidades lançado por Stuart Hall, o que, por sua vez, habilita a ação política – de especial importância na prática do(s) feminismo(s) hoje.

No Brasil dos últimos anos, algumas jovens pesquisadoras têm se dedicado também a explorar essa perspectiva, constituindo um esforço importante na tematização dos entrecruzamentos entre questões de identidade, feminismo/pós-feminismo e mídia (por exemplo, Lana; Leal, 2014; Lana; Corrêa; Rosa, 2012; Leal, 2014; Messa, 2006). Essa é uma das linhas de pesquisa associadas à crítica feminista de mídia, que vêm ganhando cada vez mais visibilidade e expressão, mostrando também sintonia com o debate internacional. Pela primeira vez, nota-se certa confluência entre os desdobramentos dos nossos estudos e aqueles desenvolvidos no contexto inglês, obviamente ambos marcados pelos contextualismos de cada lugar. Além disso, revela que apesar dos esforços contínuos do discurso midiático em referendar que o feminismo acabou, ainda há muito a pesquisar e falar sobre a questão.

Portanto, valeria indagar-se juntamente com Hawkesworth (2006: 740) sobre “qual o significado do enterro prematuro do feminismo, diante do entusiasmo e variedade das formas proliferativas da teoria e da prática feministas”.

16. Como o foco deste artigo não se centra nesse aspecto, apenas se reconhece a existência de múltiplas versões sobre ele, destacando aquela que, do nosso ponto de vista, marca o que se está entendendo por crítica feminista de mídia.

A própria autora, após percorrer uma série de possíveis interpretações, conclui que se trata fundamentalmente de “um esforço contínuo para minar as lutas feministas por justiça social” (Ibid.). Mesmo assim, a retomada tanto do movimento feminista – principalmente pela juventude, mediante novas práticas de ativismo político na blogosfera – quanto o renovado interesse por temas associados à diversidade teórica que marca o feminismo contemporâneo na academia, cá e lá, são indícios esperançosos de que o *ruído teórico* causado pelo feminismo no âmbito dos estudos culturais e, em especial, na crítica de mídia tem muito a repercutir. E a questão da identidade, problemática fundamental nas reflexões de Stuart Hall, permanece ocupando um lugar central na mesa dos estudos feministas e em sua prática política. ■

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. R. G. A crítica feminista no âmbito dos estudos culturais: uma interrupção indesejada? *Crop*, São Paulo, n. 4/5, p. 37-47, 1997/1998.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução de desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.
- BRUNSDON, C. A thief in the night: stories of feminism in the 1970's at CCCS. In: MORLEY, D.; CHEN, K.-H. (Eds.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. Londres/Nova York: Routledge, 1996. p. 275-285.
- _____. Identity in feminist television criticism. In: BRUNSDON, C.; D'ACCI, J.; SPIGEL, L. (Orgs). *Feminist television criticism: a reader*. Londres: Sage, 1997. p. 114-125.
- CORNER, J. Reappraising reception: aims, concepts and methods. In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M. (Eds.). *Mass media and society*. Londres: Arnold, 1996. p. 280-304.
- DAVIS, H. *Understanding Stuart Hall*. Londres: Sage, 2004.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. A contribuição do olhar feminista. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-11, jan./jun. 1998.
- _____. Anotações para pensar o sujeito nos estudos culturais. *Animus*, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 69-79, 2003a.
- _____. Latin American media reception studies: notes on the meaning of gender and research methodologies. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 24, p. 46-54, 2004.
- _____. Pensando as relações entre mídia e gênero através de histórias pessoais: o caso brasileiro. *Derecho a Comunicar*, Cidade do México, n. 4, p. 174-186, jan./abr. 2012.

- _____. Stuart Hall: esboço de um itinerário biointelectual. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 21, p. 61-74, ago. 2003b.
- GRAY, A. Learning from experience: cultural studies and feminism. In: McGUIGAN, J. (Ed.). *Cultural methodologies*. Londres: Sage, 1997. p. 87-105.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003a. p. 294-333.
- _____. Estudos culturais e seu legado teórico. In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003b. p. 199-218.
- _____. A formação de um intelectual diaspórico – uma entrevista com Stuart Hall, de Kuan-Hsing Chen. In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003c. p. 407-434.
- _____. Minimal selves. In: GRAY, A.; McGUIGAN, J. (Orgs.). *Studying culture: an introductory reader*. Londres/Nova York: Arnold, 1993. p. 134-138.
- HALL, S.; JEFFERSON, T. (Eds.). *Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain*. Londres: Hutchinson/CCCS, 1975.
- HALL, S. et al. *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. Londres: Macmillan Press, 1978.
- HAWKESWORTH, M. A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 737-763, set./dez. 2006.
- HOGGART, R. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Vol. 1 e 2. Barcarena: Presença, 1973.
- LANA, L.; LEAL, T. Sucesso, feminilidade e negócios: representações jornalísticas das “mulheres poderosas”. *Revista Líbero*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 95-104, jan./jun. 2014.
- LANA, L.; CORRÊA, L. G.; ROSA, M. G. A cartilha da mulher adequada: ser pirigete e ser feminina no Esquadrão da Moda. *Contracampo*, Niterói, v. 24, n. 1, p. 120-139, 2012.
- LEAL, T. “O show das poderosas”: Anitta e a performance do sucesso feminino. *Ciberlegenda*, Niterói, n. 31, p. 110-121, 2014.
- MATO, D. Stuart Hall, a partir da e na América Latina. *MATRIZES*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2015.
- McROBBIE, A. Post-feminism and popular culture: Bridget Jones and the new gender regime. In: CURRAN, J.; MORLEY, D. (Eds.). *Media and cultural theory*. Londres: Routledge, 2006. p. 59-69.

- _____. *The aftermath of feminism: gender, culture and social change*. Londres: Sage, 2008.
- McROBBIE, A.; GARBER, J. Las chicas y las subculturas: una investigación exploratoria. In: HALL, S.; JEFFERSON, T. (Eds.). *Rituales de resistencia: subculturas juveniles en la Gran Bretaña de postguerra*. Madri: Traficantes de Sueños, 2014. p. 315-331.
- MEIRELLES, C. F. *Prazer e resistência: a legitimação do melodrama nos contextos acadêmicos anglo-americano e brasileiro*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MESSA, M. *As mulheres só querem ser salvas: Sex and the City e o pós-feminismo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RICHARD, N. Feminismo e desconstrução: novos desafios críticos. In: RICHARD, N. *Intervenções críticas: Arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 156-172.
- SCHULMAN, N. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. In: SILVA, T. T. (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 167-224.
- SKEGGS, B. The dirty history of feminism and sociology: or the war of conceptual attrition. *The Sociological Review*, Londres, v. 56, n. 4, p. 670-690, 2008.

Artigo recebido em 18 de março de 2015 e aprovado em 26 de julho de 2016.